



Anais da Assembléia

N.º 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 56.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Sampaio.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Enéas Faria (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Hélio Manfrinato, Osvaldo Macedo e João Fadel. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio IGUAÇU, ligando os municípios de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES e CAPANEMA. Parecer CONTRÁRIO da CCJ e FAVORÁVEL da CF. e COPTC, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 96/76.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 57.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Enéas Faria, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Hélio Manfrinato, Osvaldo Macedo, João Fadel. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JORGE KFFURI, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 25 do corrente mês.

O extinto, que era tio do Deputado Federal ARI KFFURI, era pessoa largamente relacionada na comunidade pontagrossense e o seu passamento causou grande consternação.

Requer igualmente que seja comunicada à família enlutada esta homenagem que ora tributamos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) David Federmann.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, requerem à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora ARACY CHARLIER.

A veneranda senhora, de tradicional família do Rio

Grande do Sul era avô do eminente Deputado FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO.

Pede-se, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(aa) Jorge Sato e Enéas Faria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de atribuições que lhe são conferidas, requer, após a aprovação do Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Benteo, residente na cidade de Marilena, neste Estado.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Conheço a família Benteo. O conceito e admiração de que desfruta junto à comunidade do Município de Marilena, foram conquistados pela dedicação ao trabalho, pelo respeito às instituições, pelo devotado amor às causas do município.

Marilena chora a perda de um digno concidadão que, na sua humildade, legou salutarexemplos de urbanidade e civismo.

O extinto, merecedor de nosso respeito, lega, como seguidor de seus passos, o incansável filho seu, FRANCISCO BENTEO, ilustre vereador da bancada emedebista junto à Câmara do Município de Marilena.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações e agradecimento ao Sr. Governador do Estado pelos esforços envidados para a instalação de "Motores e Veículos Volvo do Brasil Ltda.", na Cidade Industrial de Curitiba.

Como subscritor do presente, tomo a liberdade de oferecer como justificativa deste requerimento, o Editorial da "Gazeta do Povo", publicada na data de ontem.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Sr. Governador, ao Sr. Diretor da "Gazeta do Povo", e à Diretoria da "Motores Volvo do Brasil Ltda."

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

"Volvo, Afirmação da Cidade Industrial.

Nas comemorações do 50o. aniversário da VOLVO, um acontecimento será marcado para essa empresa sueca, que, digo de renome internacional e da mais alta importância para Curitiba nos seus impulsos no sentido da sua industrialização: o início da construção da fábrica da CIC.

Na quarta-feira, com as fanfarras de um episódio que merece o melhor de nossas atenções como paranaenses e, mais especificamente, como curitibano, o começo dessa obra vai significar que o Estado entrará com nova linha de contribuições ao país, no sentido de aumento de nossas exportações.

Dentro de dois anos, segundo as previsões dos técnicos, 6 mil caminhões, anualmente, serão destinados ao mercado internacional.

Na verdade, a VOLVO compromissou-se com as autoridades brasileiras a exportar 550 milhões de dólares, nos próximos 10 anos.

Mas, se os quadros de perspectivas são desse porte, a nível de interesse nacional, temos que atentar que, para Curitiba, a empresa gerará mil empregados diretos e outros 1.800

indiretos, beneficiando uma população de cerca de 14 mil pessoas.

Ora, os curitibanos mais antigos sabem que a decantada "Coimbra do Brasil" era uma cidade, essencialmente, de estudantes e de funcionários públicos.

Com a Cidade Industrial, começamos a revolucionar a realidade econômica e social de nossa metrópole.

A VOLVO, sobre ser a maior e mais expressiva afirmação industrial que teremos na CIC, será um testemunho impressionante da confiança internacional no sentido de inversões industriais nesse polo de trabalhos à ilharça curitibana.

O projeto dessa empresa exigirá investimentos de ordem de 892 milhões de cruzeiros, dos quais 530 milhões serão de investimentos fixos e mais 164 milhões de investimentos em máquinas e equipamentos.

O controle acionário de empresa ficará com acionistas brasileiros, que deterão 60 por cento das ações ordinárias e os 40 por cento restantes ficarão com a AB-VOLVO, da Suécia, que, também deterá a totalidade das ações preferenciais.

60 por cento dessas, igualmente, poderão, num futuro, passar ao controle de empresários brasileiros.

Outro fato a ser destacado diz respeito ao índice de nacionalidade do caminhão VOLVO, fabricado em Curitiba, que será inicialmente, de 71 por cento e deverá elevar-se a 92 por cento em 1981, quando a fábrica deverá estar em plena carga de funcionamento.

O episódio que vamos assistir depois de amanhã deve ser registrado por todos nós como um evento que, sobre consolidar, a nível nacional e internacional, a Cidade Industrial de Curitiba, contribuirá, enormemente, para acelerar a transformação da fisionomia econômica e social da cidade."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, usando das atribuições que lhe faculta o Regimento Interno e com anuência do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de voto de louvor ao Secretário de Extensão Econômica da Prefeitura de Paranavaí, DD. Sr. Devanyr Roque Eugênio, por seu trabalho de incentivo ao plantio de café no referido município.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito de Paranavaí e ao DD. Sr. Devanyr Roque Eugênio.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Ao desalento dos agricultores com o café. Ao apelo do Governo do Estado para os municípios paranaenses aumentassem seu parque cafeeiro.

Ouviu-se uma grande resposta: "PARANAVAÍ PLANTA CAFÉ", promoção feita pelo DD. Sr. Devanyr R. Eugênio.

Imediatamente duas mil e duzentas cartas foram enviadas a todos os proprietários de imóveis rurais do Município de Paranavaí.

Nessa, o veemente apelo, o ânimo, mostrando aos agricultores todas as vantagens deste plantio à sua economia e principalmente o que este ato colima ao Estado e à Nação.

Desejamos com este voto de louvor, externar nossa gratidão e reconhecimento ao árduo trabalho que este cidadão vem prestando diante desta campanha.

Desta campanha que é sobretudo uma campanha ao Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve usando das atribuições que lhe faculta o Regimento Interno e com a anuência do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos de hoje,

de um voto de agradecimento à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., pela instalação da agência daquele estabelecimento bancário nas cidades de Maria Helena e São Carlos do Ivaí.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Só o fato da instalação justifica a nossa satisfação e, especialmente, dos habitantes das regiões que a agência atenderá nos dois municípios.

A região é principalmente produtora de cereais e pecuarista.

Atenderá não somente os produtores, mas a prefeitura, os funcionários públicos e a todos os habitantes.

A filosofia adotada pelo Banestado de dotar todos os municípios, implantada, há algum tempo, é das mais acertadas.

Esperamos que em breve todas as sedes municipais e os principais Distritos poderão contar com os serviços do "nosso Banco".

Desejamos externar, através da Assembléia Legislativa a alegria daquela gente laboriosa que esperou durante anos a presença da agência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, amparado no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, requer seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná, para que efetue estudos e providências no sentido de instalar agência do banco na cidade de Alto Paraná.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todas as maiores cidades já possuem agências do Banestado.

Esta embora, cidade de relativo porte e o município centro produtores-agropecuário, ainda não foi contemplado com a agência desse banco.

A reivindicação é justa, pois os produtores tem que recorrer a outras cidades ou depositar os lucros auferidos em outras casas bancárias.

Os habitantes desta localidade esperam ser contemplado por mais este benefício, pois sabem que a filosofia do Banco do Estado do Paraná, é atender a todos os municípios paranaenses, antes de se instalar em outras cidades.

A nossa intenção é que seja agilizada e apressada a sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com respaldo no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, o infra-assinado, requer envio de expediente ao Exmo. Sr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam agilizados os estudos para asfaltamento da estrada que liga os municípios de São Carlos do Ivaí e Paraíso do Norte.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de São Carlos do Ivaí e Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Um dos graves problemas em nosso Estado é ainda o escoamento das safras.

Muito se tem feito, esforços governamentais dos mais elogiosos devem ser tributados ao Governo Jayme Canet Júnior e à Secretaria dos Transportes.

Além das estradas-troncos tem procurado dotar de asfalto as vicinais, ou alimentadoras, para que as pujantes safras possam atingir os mercados internos e os centros exportadores.

Fazemos o presente apelo, porque a região é de grande produção e principalmente por se situar numa região de arenito o que vem causando sérios problemas para poder escoar os produtos.

Há poucos dias, exatamente esta região foi objeto de notícia, mostrando caminhões encalhados na areia, com prejuízos para os produtores e para os transportadores.

Esperamos que nosso apelo seja atendido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, Renato Antônio Johnsson, transmitindo apelo desta Casa, para que Sua Senhoria determine providências para a instalação de um aparelho telefônico nos Distritos de Jardinópolis e Flor da Serra, no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, no sentido de que S. Exa. determine estudos que possibilitem a instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, o envio de expediente desta Casa ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, encarecendo providências no sentido de se urgenciar a instalação da CIRETRAN, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, Francisco Borsari Neto, solicitando que S. Exa. determine estudos visando a criação e instalação de uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Matelândia, Santa Helena e outros vizinhos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 38/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica alterado para “Formosa do Oeste” a denominação do Município de Formosa, criada pela Lei no. 4382, de 10 de julho de 1961.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Embora para os municípios não exista polêmica quanto ao nome, uma vez que todos têm a denominação de “FORMOSA DO OESTE” como única e definitiva.

Quando da criação do distrito Administrativo e Judiciário através da Lei no. 4311 de 6 de janeiro de 1961 no seu art. 3o. item IV diz:

Art. 3o. — Ficam criados os seguintes distritos Administrativos e Judiciários:

I —

II —

III —

IV — No município de Cascavel e de “FORMOSA D'OESTE”, com as seguintes divisas . . . Não havendo outra lei que altere a citada.

Através da Lei no. 5643, foi criado o município de Nova Aurora, publicada no Diário Oficial no. 170 de 26 de setembro de 1967, onde se lê textualmente:

“Art. 1o. — Fica criado o município de NOVA AURORA, desmembrado dos municípios de Cascavel e FORMOSA D'OESTE...”

No Diário Oficial no. 244 de 2 de janeiro de 1963 encontra-se publicada a Lei no. 4668 que criou diversos distritos judiciários e no seu artigo 4o. consta:

“Art. 4o. — Fica criado no município de FORMOSA D'OESTE o Distrito Judiciário de Jesuíta...”

Já na Ata de instalação daquele município lemos: “Ata Solene de Instalação do Município de FORMOSA D'OESTE...”

Daí podemos observar que há uma diferenciação em torno dos nomes de FORMOSA D'OESTE e o desejado FORMOSA DO OESTE e o único documento onde consta como FORMOSA é na Lei no. 4382 de 01 de junho de 1961, que cria o referido município.

Já tramitou nesta Casa o Projeto de Lei no. 22/65, cuja súmula diz: “Denomina “FORMOSA DO OESTE” o Município de Formosa, criada pela Lei no. 4382, de 10/06/61, mas que não chegou a merecer a apreciação do plenário em razão da Resolução no. 4167, desta Casa.”

Dado o exposto, solicitamos aos nobres Senhores Deputados o apoio para definição do problema.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDI): “Amanhã, em solenidade presidida pelo Senhor Governador Jayme Canet Júnior, que contará com a honrosa presença de sua Alteza Real o Príncipe Bertil da Suécia, será lançado na Cidade Industrial de Curitiba o marco inicial das obras da Motores e Veículos Volvo do Brasil Ltda.

A importância dessa solenidade não se resume à presença de significativas personalidades.

Traduz-se, isso sim, numa nova era no processo de industrialização do Paraná.

O ingresso de nosso Estado numa etapa de projetos

industriais de elevada sofisticação tecnológica.

Significa uma etapa importante na transformação do perfil econômico do Paraná, pois, de acordo com diagnóstico da economia estadual de 1972, 50 por cento da renda estadual era proveniente do setor primário da economia.

Tal composição distorcida da economia paranaense, afirmam os economistas, era um dos principais fatores que fazia com que a renda “per capita” paranaense fosse se deteriorando ao longo do tempo, quadro este que está se transformando com um parque industrial diversificado, em ramos industriais como os de fiação e tecelagem, eletrônico e metal-mecânico, além da agro-indústria, tão necessária ao nosso Estado.

Com capacidade para construir, com o projeto industrial em sua totalidade mais de seis mil caminhões por ano, de início com 73 por cento de nacionalização, e posteriormente com 92 por cento de ocupação de material brasileiro, é oportuno lembrar-se que esse número corresponde à fabricação de mais ou menos 100.000 automóveis da marca Volkswagen.

O empreendimento gerará cerca de 1.000 empregos diretos, sendo 600 de operários, e aproximadamente 1.800 empregos indiretos que se refletirão numa população de cerca de 14.000 pessoas.

Não se inclui nesse total o número de empregos que certamente serão proporcionados pelas empresas satélites que em decorrência se instalarão, para fornecer os insumos à montagem dos caminhões Volvo.

Esse fato importará no desenvolvimento de uma moderna indústria de auto peças que deverá elevar o nível tecnológico do setor, com a assistência e o treinamento que a empresa Volvo programou, para manter a alta qualidade do produto que se dispõe a fabricar.

É de se ressaltar que o projeto Volvo não conta com favores fiscais ou equivalentes do Governo do Paraná e não haverá despesas, gastos ou pagamentos com Royalties, patentes ou assistência técnica, enquadrando-se perfeitamente no II PND, pois em síntese, o projeto atende cumulativamente os seguintes objetivos:

Forte conteúdo social;

Adaptação e criação de tecnologia continuamente; Abertura de novos campos de exportação de manufaturas;

Desconcentração industrial;

Fortalecimento de novo polo de desenvolvimento;

Atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial;

Economia de combustíveis líquidos

Aumento da receita tributária direta federal e estadual.

De inteira justiça lembrar-se neste instante o nome de Karlos Rischbieter, atual Presidente do Banco do Brasil, que foi quem deu início aos entendimentos a tão promissora realização, ultimados na gestão de Luiz Antônio Fayet, atual Presidente do BADEP a quem são devidos os esforços para que o Paraná marque mais esse tento no seu desenvolvimento industrial.”

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada dia que passa, nesta caminhada de 47 anos de existência, neste planeta terráqueo, envaideço-me até por ter nascido e vivido, por muito tempo, nas camadas mais humildes do povo.

Lá eu ví com meus próprios olhos, e sentí com a minha consciência, respeito, a dignidade e nas decisões tomadas, revestidas de decoro, até magistralíssimo.

Parece-me que Deus quis que eu palmilhasse outras camadas sociais para ver e sentir como os habitantes deste

planeta são interesseiros. E pelo excesso de interesses, tornam-se exuberantes e malcriados, desrespeitosos e violentos, pelo excesso de interesse de poder e de manterem-se de pé, desrespeitam as outras instituições sociais e organizadas e atacam seus semelhantes, de forma violenta e até de público.

Sem entrar no mérito, porque tempo não tenho, quero deixar, aqui, a minha manifestação pessoal de repúdio ao Sr. Presidente do Diretório Regional da ARENA do Paraná que, numa manifestação da mais infantil, e infantilizada, desceu ao mais baixo do que se poderia descer em toda sua trajetória política.

Homem que, como o camaleão, sempre teve cor diferente, levado pela oportunidade de se manter de pé, como homem político deste Estado, achacou, através de notas dadas à imprensa, no último domingo, contra o MDB.

Esse Partido cujos homens o dignificam, honram e têm dado até a cabeça para mantê-lo de pé, em defesa da estrutura democrática deste País.

Não seria esse Sr. Presidente da ARENA do Paraná que poderia revestir-se de autoridade para achacar-se contra a nobreza da Oposição do Estado do Paraná.

Deixo aqui a minha manifestação pessoal de repúdio, para que conste dos Anais da Casa, porque a entrevista do Sr. Camargo Netto não está sendo só repudiada pelos homens públicos do MDB, mas por todo o Paraná.

Muito obrigado. — (COM REVISÃO DO ORADOR).
O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "1 -- A imprensa internacional continua repleta de notícias relativas ao programa nuclear brasileiro, cuja peça fundamental é o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha.

Ainda no início desta semana, os jornais noticiavam o apoio de importante faixa da Democracia Cristã — um dos dois maiores Partidos da Alemanha Ocidental — ao acordo germano-brasileiro.

Agora a imprensa registra a crítica de um porta-voz do Governo Soviético, que pretende impugnar o Acordo valendo-se do surrado argumento de que ele facilita a disseminação de armas nucleares.

2 - Nada mais falso. Para quem leu - como li - o documento oficial do Governo Brasileiro a respeito, prefaciado pelo próprio Presidente Geisel e distribuído nesta Casa mês passado, as críticas russas, bem assim como as norte-americanas e quaisquer outras, representam apenas uma ignorância ilegítima nos assuntos do Brasil.

São uma cortina de fumaça de potências que, por terem chegado a uma eventual liderança científica no campo nuclear, pretendem congelar a História.

Mediante a discriminação entre Nações Nucleares, isto é, desenvolvida, e Nações não nucleares, quer dizer, atrasadas.

3 - Com efeito, é rematada hipocrisia, recorrer ao argumento de que o Acordo Brasil-Alemanha facilita a proliferação de armas nucleares.

O tratado com aquele País subordina claramente, em seu artigo terceiro, a importação do material atômico à prévia fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica.

Foi para dar cumprimento a esse art. 3 do Acordo que o Brasil e Alemanha firmaram, ainda em janeiro de 1976, outro Acordo, com a citada Agência Internacional de Energia Atômica, chamado Acordo para Aplicação de Salvaguardas.

4 - Estas Salvaguardas Internacionais são um conjunto de normas recolhidas em 20 anos de experiências, pela Agência Internacional de Energia Atômica, da qual fazem parte entre outros os Estados Unidos e a União Soviética.

São um código rígido, que prevê relatórios de inspetores

da própria Agência, que virão fiscalizar o transporte, a instalação e o uso de equipamentos nucleares no próprio Território Brasileiro.

Lendo o documento firmado entre os governos do Brasil e Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica que a Mesa distribuiu a todos os Srs. Deputados, poderão avaliar a extensão dos controles a que o Brasil voluntariamente se submeteu. Por que?

Porque esse é um País de vocação pacífica, e que busca no átomo não um meio de expansão militar, mas um caminho para seu desenvolvimento.

5 - Para concluir, desejo citar o documento do Governo Brasileiro:

O Livro Branco sobre o Acordo Nuclear:

"Muito preocupa o Brasil que o progressivo cerceamento da cooperação internacional frustre as expectativas dos países de utilizar esse caminho para a consecução de suas legítimas aspirações em matéria nuclear.

A falta de cooperação internacional pode igualmente, frustrar os próprios objetivos da não proliferação universal das armas nucleares, ao estimular o desenvolvimento da tecnologia nuclear fora dos sistemas de salvaguarda".

Pela importância da exposição contida no Livro Branco sobre o programa Nuclear Brasileiro solicito até às autoridades que promovam ampla distribuição desse documento, para que a opinião política nacional cerre fileiras no apoio ao único caminho para o nosso desenvolvimento: o uso pacífico da energia nuclear para alimentar nosso progresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência tem a saftação de comunicar a presença neste Plenário do Sr. Almiro Bauermann, Prefeito Municipal do progressista Município de Cândido Rondon.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Srs. Deputados, ilustre Sr. Presidente.

Neste instante, queremos levar ao conhecimento da Casa o trabalho diuturno, o trabalho incansável no que concerne aos responsáveis pela Secretaria de Transportes, pelo Departamento de Estradas de Rodagem, deste grande Governo Jayme Canet Júnior.

Quando vemos, Sr. Presidente, quando vemos, Srs. Deputados, na Secretaria de Transportes, que tem como titular o Dr. Osires Stenghel Guimarães, homem dinâmico, Secretário-trabalhador, probo e de um tirocínio administrativo invejável, quando vemos os Srs. Prefeitos sendo atendidos no programa Pró-Safra por aquele digno Diretor que é o conhecido Dr. Tancredo Bengue, ficamos na euforia, Sr. Presidente, ao vermos ser assinado, em curto prazo no programa Pró-Safra, o atendimento de todo o Estado do Paraná, de todo o "hinterland" paranaense, ao vermos os Prefeitos da ARENA e do MDB sendo racionalmente atendidos para que as estradas do Paraná, deste Paraná querido sejam melhoradas, sejam conservadas, para que as obras de arte daquelas estradas sejam estruturadas, para que a colheita tenha o destino corredor de exportação, que é o grande Porto de Paranaguá.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de se ressaltar o trabalho daquela equipe liderada por Osires Stenghel Guimarães e pelo Dr. Tancredo Bengue e demais funcionários daquele Departamento de Estradas de Rodagem, quando vemos a euforia estampada nos rostos de todos os Prefeitos, de todos os líderes do Paraná, dos Srs. Vereadores, ao assinarem aqueles contratos, cujo dinheiro, do povo, será carreado em benefício daquelas comunas.

Como poderíamos nos calar?

Temos que dizer, constantemente a este povo, que o Paraná trabalha, que seus homens estão dando um SIM positivo

para o Paraná, que os homens responsáveis por esta administração sadia, de Jayme Canet Júnior, estão vendo que cada vez mais é melhorada a posição do lavrador paranaense, daquele homem de mãos calosas que, sempre puxando no rabicho do arado, com seu suor, sacrifica-se para que nossa terra continue nesta marcha de progresso, para que o soja, o café, o milho, o algodão e a chamada lavoura branca tenham os seus destinos nas exportações, carreando divisas para este glorioso País.

Por isto é que, sem enviarmos um voto de louvor, sem procurarmos bajulações, queremos que o Paraná saiba que na Secretaria de Transportes, que na direção do DER, os homens estão procurando diuturnamente olhar por esta terra, olhar por estas estradas.

Porisso ontem, Sr. Presidente, ao vermos aquelas pilhas de processos aguardando assinaturas dos Srs. Prefeitos para que seus municípios, suas comunas sejam contempladas com este benefício, nos perguntávamos: — como poderemos nos calar?

Temos que estar satisfeitos, e pedir a Deus que conserve estes homens que nada querem a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Dizemos ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Dr. Tancredo Bengue, o nosso muito obrigado, porque nossa região está sendo dotada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está sendo dotada, povo do meu Norte Pioneiro, de estradas melhoradas e agora em perfeita consonância através de convênios entre as Prefeituras com seus parques de maquinaria, e o Governo do Estado com as despesas, o óleo, o combustível, o cimento e finalmente com o que for necessário para a construção de obras de arte no meio das estradas.

É neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que dizemos ao Paraná:

Presentes estão os homens da ARENA, presentes estão os homens deste Estado. Como bem dizia o Governador Paulo Pimentel, "Paraná, aqui se trabalha!"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, de comum acordo com o Deputado Mugiati Filho, repartimos o Grande Expediente e pediremos de V. Exa. a gentileza de, quando der os 15 minutos, avisar este Deputado.

Srs. Deputados.

Sem querermos transformarmos em porta-voz oficial da agricultura do Paraná, ou de seus anseios e aspirações, — e muitos outros Deputados em nome desta mesma agricultura têm notado e têm falado —, mas este ano tivemos a oportunidade, desta mesma tribuna, de trazer problemas que outros Deputados também trouxeram, como é o caso do problema do trigo, do preço do trigo, problema dos moinhos coloniais, o problema da suinocultura do Paraná, o problema do confisco do soja, hoje nós trazemos mais um apelo da agricultura paranaense. Mas, antes de lermos o requerimento que vamos solicitar a compreensão e a aprovação do Plenário desta Casa, gostaríamos de registrar aqui mais uma apreensão com respeito à agricultura.

Esses tempos atrás, não serviu o apelo que os lavradores do Paraná — principalmente aqueles que cultivam e plantam o soja —, fizeram para que não se tivesse o confisco cambial sobre o soja.

Os jornais têm trazido, de 5 ou 6 dias para cá, quase que constantemente, mais uma apreensão de que este confisco possivelmente seria elevado de 7 para 10 por cento e alguns jornais noticiaram até quinze por cento, porque a indústria brasileira solicitou do Governo e do Ministério da Fazenda, o mesmo Ministério que também há poucos dias atrás disse que é a

agricultura que faz com que se aumente a inflação e o custo de vida neste País, com o que nós não concordamos de maneira nenhuma; mas, tomara que estejamos errados. Mas, tudo leva a crer que o apelo do lavrador não foi atendido e dificilmente a reivindicação da indústria brasileira deixará de ser atendida porque os homens da indústria merecem mais e têm mais privilégios que os homens da agricultura, quando pedem que seja elevado de 7 para 10 por cento.

Outro assunto que está vindo também nos jornais e que nos deixa até certo ponto entristecidos, é de que alguns propagam que o Paraná deverá entrar no ciclo de cultura, da chamada monocultura, e que o Governo incentivaria principalmente o soja e o café, deixando com que todas as outras culturas se transformassem em culturas secundárias.

Então nós perguntamos: para onde irá a pecuária do Paraná, hoje com quase seis milhões de cabeças, a segunda e, com pouca diferença da primeira do Brasil? O Paraná deixou de plantar feijão. O Brasil teve que importar feijão. Somos grandes produtores de arroz, de batata e de cebola, e de tantas outras culturas; o Estado que mais produz milho, com um quinto da produção nacional.

Tivemos oportunidade de dizer, ainda ontem, se isto realmente for feito no Estado do Paraná, é porque aqueles que pregam, não conhecem a generosidade e fertilidade do solo paranaense, e querem cometer mais um crime contra nosso Estado.

Fica, então, aqui registrado, Sr. Presidente, o nosso descontentamento e a nossa apreensão contra aqueles que querem fazer, do Paraná, somente produtor de soja ou de café. Achamos, apoiamos e, inclusive, estamos, dentro da nossa pouquíssima possibilidade, divulgando para que o paranaense volte, novamente, a plantar café, porque acreditamos que, quando o Paraná alcançar ou ultrapassar um bilhão de pés de café, talvez, quarenta ou cinquenta por cento de um dos maiores problemas sociais que vive o Brasil hoje, que é o problema do bóia-fria, estaria, de certa forma, resolvido, porque o café teria condições de trazer de volta esses lavradores em que a própria política do IBC agiria, ou a própria mecanização agrícola, ou a febre da soja e do trigo, expulsaram esses homens dos meios rurais.

Mas, o apelo que fazemos hoje, Sr. Presidente, é com referência ao preço do milho e vamos, simplesmente, ler o requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alysso Paulinelli, Digníssimo Ministro da Agricultura, um expediente reivindicando imediata medida por parte daquele Ministério, objetivando a garantia do preço mínimo do milho, apresentando as seguintes sugestões:

1. Compra por parte do Banco do Brasil de todo o milho, a fim de garantir o preço mínimo;
2. Isenção de ICM sobre o milho;
3. Maior rapidez na classificação do milho por parte do serviço de acordo e classificação;
4. Que a ração para animais seja feita à base do farelo de milho.
5. Uma política mais agressiva por parte dos órgãos encarregados no comércio exterior.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Nacional de Abastecimento — CONAB — fixou, em 02 de agosto de 1976, os novos preços mínimos para as safras 76/77. E, entre os produtos com preços mínimos estabelecidos pelo Governo Federal, para o Estado do Paraná, o milho teve seu preço fixado em Cr\$ 62,40 (sessenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos) e 64,20 (sessenta e quatro

cruzeiros e vinte centavos), dependendo da região. E a época inicial para a compra de milho foi estabelecida a partir de 02 de março de 1977. Lamentavelmente, a produção de milho do Estado do Paraná deste ano, neste início de colheita, está sendo vendida pelo produtor paranaense ao preço que varia entre Cr\$.. 30,00 (trinta cruzeiros) e Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) a saca, não cobrindo, dessa forma, nem as despesas havidas na produção.

É por isto, Sr. Presidente, que solicitamos seja encaminhado este expediente ao Exmo. Sr. Dr. Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura, a fim de que sejam tomadas medidas urgentes e energéticas, para que o lavrador não sinta-se desestimulado, podendo ser previstas graves consequências para a próxima safra. A produção de milho, no Brasil, para este ano, alcançará uma produção aproximada de vinte milhões de toneladas, das quais o Estado do Paraná é responsável por vinte por cento da produção nacional.

Quanto à isenção do ICM por nós pleiteada, a exemplo das Entidades classistas do Estado do Paraná, é por demais necessária, pois, o nosso Estado, como um dos grandes produtores, com um excedente de dois milhões de toneladas, encontra sérias dificuldades, já que outros países, nossos concorrentes, conseguem colocar o milho no mercado internacional, por preço mais vantajoso que o nosso. Desta forma, uma das soluções mais viáveis, seria a isenção do ICM.

O Estado do Paraná apresenta, para esta safra, uma área de plantio de milho, na ordem de 2.200.000 ha. Com um rendimento médio de 2.220 kg/ha, espera-se uma safra de aproximadamente 4.884.000 toneladas.

Nesta ocasião em que já começa a colheita nas regiões onde a lavoura é adiantada, embora a colheita propriamente dita deva ser iniciada em fins de março, estendendo-se até julho, devemos pensar seriamente na comercialização desse produto.

A situação do produtor é de incerteza quanto ao futuro de sua produção; pressionado por fatores de ordem econômica, vê-se muitas vezes obrigado a entregar o seu produto por preços que às vezes não atingem sequer o preço mínimo, determinado pelo Governo.

Os armazéns estão com sua capacidade de estoque esgotada, em função da soja, na expectativa de, dentro de 120 dias, aproximadamente, receber a safra de trigo, ficando o milho relegado a um segundo plano.

Com isto o milho fica na roça, perdendo muito a sua qualidade e acarretando ônus ao produtor.

Em pronunciamento anterior ao confisco do soja, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Dr. Mário Stadler de Souza, já havia se manifestado favorável que a ração fosse feita à base de farelo de milho e não de soja, como acontecia em anos anteriores ao grande desenvolvimento dessa cultura.

Embora não se tenha a mesma qualidade protéica, haveria condições para solucionar dois problemas:

- a. Aumentaria o fluxo de comercialização do soja;
- b. Estimularia o agricultor na produção de milho, por sentir uma maior abertura de mercado para seu produto.

Por ocasião do "Primeiro Simpósio do Café e do Milho", que teve lugar no mês de maio de 1976, nesta Capital, também o Dr. Mário Stadler de Souza, Presidente da FAEP, lembrando a importância do milho como produto básico na alimentação e uma tradição na mesa do povo paranaense, assim finalizou seu discurso: "o mesmo milho que acompanhou o tropeiro na sua caminhada pelo chão sulino. Nessa tradição que é o nosso virado de feijão. Da canjica amiga encontrada pelos caminhos do Paraná. Da quirera ao pé do fogo, fazendo parte da cozinha do interior. Do picadinho com milho verde, assim tão nosso desde os passos de infância. Do probre ao rico, ele é um participante em sua alimentação".

Por tudo isto, Sr. Presidente, pelo que representa o milho para o povo brasileiro, é que ocupamos a tribuna neste dia, reivindicando do Governo Federal mais atenção a este produto que, a exemplo do arroz e do feijão, faz parte do dia-a-dia da família brasileira".

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

— (Assentimento). Deputado Lázaro Dumont, é apenas para cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que faz sobre o milho. E eu quero testemunhar a V. Exa. que nossa região, apesar de pagar a saca do milho preço superior àquele indicado por V. Exa., dá uma margem muito pequena de lucro ao produtor, porque o seu custo de produção é muito alto, tendo em vista a coincidência de sua colheita com a colheita de algodão e outros trabalhos na zona rural, que faz com que a concorrência de mão de obra para a sua colheita seja elevada sobremaneira.

Portanto, a margem de lucro que poderia ser em torno de dez a quinze cruzeiros, está sendo tolhida pelo preço pago pelas indústrias que estão recebendo o produto. No nosso caso, em Maringá e Noroeste do Paraná, na sede de cinquenta e poucos cruzeiros a saca. Portanto, os dez cruzeiros ou nove e pouco a mais, que seria o teto do preço mínimo, de Cr\$ 64,20, é justamente a parte do lucro que o produtor está perdendo.

E eu empenho a minha voz junto com a de V. Exa., que é o mais indicado para esta reivindicação, pois assume também, além de representante do agricultor paranaense as funções de Presidente da Federação Paranaense dos Trabalhadores Rurais. Que sua voz seja ouvida por esta Casa, para que o produtor não perca a confiança no Governo. Porque nós gostamos de ver e vemos com bons olhos, os cartazes "Plante que o Governo garante".

Acontece que para o milho, o governo não está garantindo nada, deixando atravessar a multinacional, fazendo o preço que ela quer fazer para o produtor. Portanto, Sr. Deputado, eu peço que V. Exa. seja ouvido, que esta Casa seja ouvida, porque para o arroz, por exemplo, o Governo está comprando, o Banco do Brasil está comprando pelo preço mínimo. E no caso do milho, não está acontecendo isto. Tomara que sua palavra e as palavras desta Casa, Sr. Deputado, tão desgastada, tão com falta de poderes, na atualidade, seja pelo menos, em benefício do nosso humilde produtor rural, seja ouvida para que ele não só, ganhe um pouquinho pelo seu trabalho, de quase seis meses, que a cultura do milho exige, mas também que ele possa voltar a plantar o milho. Possa voltar a jogar no solo a semente, para que o Paraná e o Brasil possam permanecer com uma produção para consumo interno e também para excedente de exportação.

Meus cumprimentos, Deputado Lázaro Dumont, pelo seu pronunciamento e eu espero, que o governo possa ouvir a reivindicação, para que o produtor possa não só, ter o mínimo de lucro, mas como também volte a produzir na próxima safra.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Gabriel Sampaio agradecemos o aparte de V. Exa., no qual, com toda certeza, veio dar mais ênfase a esse nosso modesto pronunciamento. Tem o aparte, o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Apenas para parabenizar V. Exa., que sempre fez se destacar neste Parlamento, como brilhante defensor das classes produtoras do Paraná.

Entretanto, permita-me manifestar nesta oportunidade, o receio de um acontecimento que será a repetição de tantos outros ocorridos nesta última década.

O Governo não vai dar ou tomar conhecimento do requerimento de V. Exa., como não tem tomado conhecimento algum dos problemas de ordem econômica e social deste País.

Este Governo só se ateve a conhecimento de um interesse, o interesse político da Nação e que se desdobrou infelizmente num contágio violento, de uma epidemia econômica que se proliferou na Nação inteira. É o lavrador, nobre Deputado, de todas as áreas que está deixando a terra. É o operário que está subme-

tendo as suas famílias ao peso da fome e da miséria. São os comerciantes que fecham suas portas; são escolas que se transformam em casa de comércio; é o nível do ensino que se baixa aos confins do rastro. É o problema social aviltante que cresce a cada dia, porque o governo não entendeu que é função de governo atender às queixas e aos reclamos sociais, a fim de que o País não se encaminhe para o caos e para o desequilíbrio, como tem caminhado neste decênio.

Meus parabéns pelo seu requerimento, e a minha temeridade que ele tenha o destino como teve tantos outros nestes dez anos. Destino artífice por falta de procedência.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Era só, Sr. Presidente. — (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Advirto a V. Exa. de que tem onze minutos no Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, queremos agradecer a deferência do Deputado Muggiati Filho, por nos ter cedido a sua vez, na inscrição de oradores.

Solicitamos da Casa que acresça ao nosso tempo, o tempo reservado à Liderança do MDB, de vez que falamos na condição de Liderança. (Lê):

“O Sr. Affonso Camargo Neto, em entrevista coletiva à imprensa, sob o pretexto de analisar a realidade política brasileira, deixou-se levar pelos descaminhos dos ataques de radicalismo, que fariam inveja até, ao mais fanático seguidor do já folclórico Senador potiguar Dinarte Mariz.

A provocação acintosa de S. Exa. para o radicalismo, foi entendida por todos, pois fez da entrevista um ataque ao MDB, e não a defesa do pacote de reformas.

O letrado e inteligente Presidente da Arena Paranaense, chamou aos emedebistas de “viúvas do Brizzola” — expressão que por si só destoa dos costumeiros argumentos “sociológicos e eruditos ensinamentos da doutrinação política” que o ungido pela potestade paranaense costumava defender suas teses. Agora parece ter mudado de tática. Da defesa passou ao ataque. Mas foi infeliz porque perdeu-se pela linha de fundo. E para quem se perde, resposta não se pode dar senão fazer ouvir a maviosa canção do popular Chico Buarque, que em seus magistrais versos, adverte o Presidente Afonsinho:

“Quem te viu, quem te vê

Quem não o conhece não pode mais ver, para crer,

Quem jamais o esquece, não pode reconhecer”.

Como muitos dos nobres Deputados desta Casa, pertencem a uma geração de universitários dos anos sessenta, criada no doce embalo da liberdade então existente, para pensar, falar, discutir e opinar sobre a realidade política nacional. Daquela época, recordo-me, Sr. Presidente, que a figura do Sr. Afonsinho era totalmente diferente da que hoje ele faz questão de mostrar-se. Como Presidente de um outro partido — o então PDC, S. Exa. vangloriava-se perante a classe universitária de ser no Estado do Paraná a mais avançada posição política então existente, pois aliciava universitários como homens de esquerda, muito embora a obra deixada como Secretário do Interior e Justiça, cargo que também ocupou, não passasse da criação dos “nefastos e famigerados comandos políticos”.

Disputava o Sr. Afonsinho, então aqui no Paraná a preferência das doutrinas esquerdizantes e sua afinidade ideológica como Brizzola era de todos conhecida, a tal ponto de ter o ilustre Vice-Governador que renunciar junto com Ney Braga, quando este foi para o Ministério, pois tinha o nome vetado para ocupar o Governo deste Estado, após a reviravolta de 64. Assim de homem da esquerda festiva, antes da Revolução, chegamos hoje ao seguidor ou imitador de José Bonifácio. Caminhada

inglória para quem “nasceu em berço de ouro, teve uma das mais aprimoradas educações, senhor de uma inteligência privilegiada e de uma singular cultura, qualidades que sem dúvida o qualificam como “expert” da arte política e teórico desta ciência.

Esta guinada de 180 graus, deixou muita gente sem entender e, para compreensão disso, talvez tenhamos que, mais uma vez, cair no refrão popular:

“Quem te viu, quem te vê

Quem te viu como eritrólofo (que tem penacho vermelho)

Quem te vê como louvaminheiro deste obscurantismo que domina os detentores do poder, há de se perguntar:

Será que é o mesmo moço cheio de idéias e de princípios dos anos sessenta, ou será mais um dos atuais títeres do sistema, que antes de conceder uma simples entrevista, tem que chegar a Brasília se informar, para saber o que pode e o que deve dizer?

É bom que se conheça a biografia de tão ilustre personalidade, aliás já retratada nacionalmente em literatura, por Sebastião Neri, que assim comenta:

“AFONSINHO, O ENÍGMA

A Arena do Paraná, hoje, é como teatro de Dercy Gonçalves: só de palavrão. Rompida, desunida, cortada de rancores e estilhaçada de fundas inimizades, precisaria sangrar muito para recompor a perdida unidade. Em todo partido político há grupos e desavenças. Na Arena do Paraná há o ódio entronizado. Seus líderes, sem exceção, só se referem aos demais com furor. E, dos palavrões, o mais ameno, é o clássico.

Nessa guerra sem tréguas, nova batalha se aproxima: a eleição para a presidência do Partido. Accioly Filho, desencantado, fecha-se em copas. Mattos Leão, candidato, anota sete Deputados Federais e dez Estaduais que estão com ele. E mais, certamente, Paulo Pimentel. Do outro lado, circula, sinuosa e maquiavélica, a principal peça dos próximos quatro anos de Arena paranaense: Affonso Camargo Neto, Afonsinho, jovem de 46 anos, mas de longa e aturrida biografia.

Presidente do PDC e vice-governador de Ney Braga, candidato derrotado ao Governo, em 65, na convenção que escolheu Paulo Pimentel; candidato derrotado a Senador pelo MDB, em 65; Líder da Arena e Secretário da Fazenda indicado por Ney Braga no Governo Emílio Gomes, em 73. Está hoje impossibilitado de assumir qualquer função no Governo Canet, por ser sócio meio a meio dos negócios do Governador. Pretende agora dividir a vida entre o comando das empresas dos dois e a Presidência da Arena, para a qual anuncia o apoio integral de Canet e Ney.

Mas Norton Macedo, Deputado Federal da Arena, eleito na base do slogan — sempre com Ney, — já avisou: Afonsinho pode ser Presidente da Arena. Mas sem meu voto e com minha luta. Vou mostrar as seis traições dele:

a. Traiu Ney na Convenção Nacional do PDC, quando Ney disputou a Presidência;

b. Era o ideológico do PDC de esquerda no Paraná, homem de confiança do Ministro Paulo de Tarso. E foi ele quem pediu a expulsão de Paulo de Tarso do PDC na Convenção de Minas, quando os ventos começaram a virar.

c. Traiu novamente Ney na Convenção Estadual que escolheu Paulo Pimentel, candidato de Ney.

d. Traiu o PDC, apoiando Bento Munhoz da Rocha, contra Ney.

e. Traiu Ney mais uma vez, disputando contra ele o Senado em 1966, e conseguindo apenas 10 por cento dos votos: 60 mil contra 600 mil.

f. Traiu o MDB, voltando de novo à Arena, depois da derrota.

Lúcido e irônico, Norton exige que a Arena do Paraná tenha uma linha nítida:

— Entregar o comando do Partido a um homem assim é jogar o amanhã dentro de um quarto escuro e comprometer, de

já, inexoravelmente sua unidade. Afonsinho diz que, como cursilista, já perdoou a Ney, mas como político, a mágoa continua lá dentro. É um enigma permanente". Mas os amigos dele dizem que é a mais poderosa vocação política da Arena do Paraná, hoje. Sim, e outros dizem já que é o MACUNAÍMA das arauárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, biografia nacional por um dos cronistas da política brasileira, Sebastião Néri.

"Tão importante biografia ficou acrescida, depois da última viagem à Brasília, e do pacote de reformas que foi ver "in loco", pois da liderança de José Bonifácio ficou contaminado de vírus do molequismo e das casuísticas reformas, — reformou-se por inteiro, para vir agora pregar a inversão lógica dos fatos e pretender implantar o caradurismo na política paranaense.

Mas não é de calar-se, Sr. Presidente, nesta Casa, quando um presidente de partido político, engrossa o caudal do casuismo, quando um homem dotado de inteligência e cultura como o Sr. Camargo Neto, desce ao nível lamentável de pretender apagar do consenso jurídico da Nação, os nossos princípios e ideais democráticos, como se a liberdade fosse mero estandarte que retirada a força do mastro, feneceria no bolor dos baus. Podem fenecer embolorados nas consciências de alguns homens tais ideais, mas jamais para a Nação, pois são objetivos permanentes e valores disponíveis.

O Sr. Afonsinho tem sido no Paraná um verdadeiro alquimista político e reduzido as suas genéticas origens, está qualificado pelo Sr. Raimundo Faoro, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como um ex-liberal que, diz Faoro:

"Desde o Império vemos que nossos liberais só o são quando fora do Governo, tornando-se conservadores quando o alcançam. Mais recentemente, vemos que o liberal de 1946 — grande artífice da redemocratização — é o mesmo liberal de 1964 — na pregação de um programa democrático — e é o conservador de hoje".

"Temos uma espécie de liberal de oposição". Ou, em outras palavras, de um liberal que só prega o liberalismo para chegar ao governo".

Estas afirmações de Raimundo Faoro constam do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", onde inclusive em páginas próximas, existem declarações do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, cujo título está assim rotulado: — BALEEIRO SÓ VÊ DECADÊNCIA —

(Lê): "Há povos que crescem para o céu, como as palmeiras, e outros que crescem para baixo, como as caudas de cavalo. A princípio, subimos na escala política que, a meu ver, sem embargos de contestações respeitáveis, teve o seu zênite, nos quase 50 anos — da maioria à Proclamação da República. Depois descemos lentamente, até quase tocar o solo".

Com essa mescla de amargor e ironia, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, comentou o uso do Ato Institucional número 5, pelo Presidente Ernesto Geisel, para emendar a Constituição. A legislação excepcional conferiu-lhe o direito de legislar durante os recessos do Congresso Nacional, mas legislar inclui o Poder Constituinte? Não há resposta jurídica para a pergunta — observou. A questão é sociológica e histórica".

Ao Ministro parece "que o povo brasileiro prefere a ascensão — como a das palmeiras — tanto que reagiu por vezes e durante certos períodos, interrompendo a involução"

E lembrou que em todos os países, inclusive nos 20 realmente classificáveis como Estados de Direito, há uma oligarquia — a tal "classe política ou governante", de Gaetano Mosca — tão na moda, apesar de um tanto de "fin siècle. Por isso — acrescentou — um grande mestre francês, reverenciado em meus tempos de estudante, dizia que o Estado se reduz a um puro fato: o domínio da massa enorme de governados pelo grupo reduzido de governantes". Mas um mundo ético de civilização

— adverte Aliomar Baleeiro — distingue as formas pelas quais os governantes sobem e descem do poder. Comparem-se os métodos da Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Suíça, Itália, Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda, Bélgica e mais duas dúzias de outros, aos métodos do Brasil e das Repúblicas Latino Americanas, para não falar da Abissínia e de Uganda".

E acrescenta:

"Nós, em longos períodos, adotamos os métodos limpos e moralizados de seleção dos governantes. Vargas introduziu os processos a que se habituara pela influência positivista em seu Estado. Houve a regeneração de 1946. Agora voltamos pouco a pouco ao Estado Novo e retornamos os exemplos de Vargas, que fazia constituições e as emendava".

Sr. Presidente, neste mesmo jornal mais dois célebres juristas deram seus depoimentos: Seabra Fagundes e Pedro Dantas.

Aqui invoco o depoimento de Pedro Dantas:

"Os Senadores da República, outrora "pais da Pátria", passam a ser, quanto a um dos terços, filhos do mesmo processo de escolha indireta, com cartas marcadas e todos os trunfos na mão de quem dá as cartas. Criam-se pois duas castas no Senado: a dos eleitos e uma outra.

Em caso de riffi no plenário, pode-se antever que a condição de uns e de outros poderá voar de microfone a microfone, alarmando a taquigrafia.

E o governo não resiste à idéia da possível conveniência de repetir ainda uma vez ou mais, a operação que, em doce eufemismo, chama de "emendar a Constituição" e que, de qualquer forma, importa, efetivamente, em emendar as regras do jogo.

Trata-se, em resumo, de prover à perpetuação do sistema de mando instalado no País, e não da perpetuação das instituições. Pelo contrário, estas são sacrificadas, desde já, à consolidação daquele. O único problema que se quer resolver é o que já foi equacionado, há muito, por alguns comentaristas: a vida política foi organizada por tal forma, que só dois grupos, duas facções de admitem, sendo que uma delas está proibida de ganhar e a outra não pode perder.

Para que novas eventuais reformas não exijam a providência drástica e sempre traumatizante do recesso forçado, que não tem boa receptividade internacional, modificou-se o "quorum" da aprovação das emendas constitucionais. Baixou, com isso, a cotação do divórcio, na bolsa de apostas. O Senador Nelson Carneiro leva cravada, como se diz no turfe, a vitória da sua...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Com muita satisfação, eu permitiria o aparte ao eminente Líder da Arena. Apenas pediria que S. Exa. aguardasse o fim do meu pronunciamento, e se sobrar tempo, eu, com a mais grata satisfação, concederei. Tenho a impressão que sobrá.

Mas, lembro-me, Sr. Presidente — porque estou falando em casuismo — lembro-me, Sr. Presidente, que ainda no fim do ano passado, defendia o Sr. Camargo Neto, aqui no Paraná, como aprimoramento democrático, as eleições diretas e o fim das sub-legendas. Agora, foi acometido de uma simbiose pelo sistema. De liberal, no fim do ano passado, a porta-voz da linha dura de hoje.

A mudança, informam muitos membros da própria Arena que ainda tem em seu programa a defesa das eleições diretas, deve-se à súbita perspectiva vislumbrada pelo Sr. Afonsinho de vir a ser, como disse Alencar Furtado, um "Picareta da República", ou o primeiro Senador transistorizado do Paraná".

No entanto, é necessário que o ilustre entrevistado aproveite a deixa do divórcio e efetue, de direito, o que de fato já é notório, o seu rompimento com as idéias de Brizzola. Efetuado o divórcio, não mais haverá perigo de ser confundido pelo sistema como em 65, quando teve que renunciar a Vice-Governadoria,

por ser uma esposa do brizzolismo, se bem que ideologicamente lhe tenha sido infiel.

Que a história seja benevolente com o Sr. Affonso de Camargo Netto e o registre apenas como "um incoerente patriota", pois fatalmente registrará Brizzola de "coerente e talvez de impatriota".

Finalizando, sirvo-me da oportunidade para solicitar do eminente e letrado Presidente da Arena, ex-candidato a Senador pelo MDB, que supra a falta que tem para com nosso Partido, patrocinando-nos a Cartilha Mágica, em que os emedebistas aprendam onde termina a "oposição e onde começa a contestação".

Nesta Cartilha Mágica, com certeza virão lições de teorias e teses que nos permitam em menos de 3 meses aprender a defender eleições indiretas, deverá conter também aulas de condicionamento físico, para aprender a dobrar a coluna vertebral e calçar a cara de "caradurismo" a fim de bancarmos os malabaristas "batendo palmas aos poderosos de um lado, enganando o povo de outro.

Porisso, não vejo outra maneira de me expressar senão plagiando o poeta cancionista:

"Tá legal, eu aceito o argumento,
Mas não me alteres o samba tanto assim,
Olha que a rapaziada está sentindo a falta
de um Pleito, de um Governo, mas sem os Delfins".
Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Preliminarmente, nobre Deputado Nilso Sguarezi, para confirmar a tese do atual Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, quando dizia que no Brasil os liberais são liberais enquanto oposição, deixando de sê-lo quando governo, há, também, a contrafação desta tese. O mesmo jornalista que V. Exa. citou — Prudente de Moraes Neto, era o mesmo que antes de 1964 usava o mesmo "O ESTADO DE SÃO PAULO", pedindo insistentemente, a intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro. Hoje, talvez, porque não participe do sistema, deplora e lamenta a processualística de que se tem valido a Revolução para alterar o ordenamento jurídico brasileiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não citei Prudente de Moraes Neto.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas, afora a contradição do Sr. Prudente de Moraes Neto, citado por V. Exa., eu diria de que não me parece ter sido bem entendida a declaração do Presidente do nosso Partido. Segundo entendi e segundo li, o Presidente da Arena Regional — Affonso Camargo Netto — advertia contra os radicais do MDB, e eles existem, achando que o comportamento dos radicais comprometeria o sistema bi-partidário no Brasil, o que também me parece correto.

As simples contradições affonsinas, como V. Exa., pitorescamente, denominou, na realidade torna-se questionável. Eu entendo que qualquer cidadão, qualquer homem, qualquer político, pode e deve mudar de posições. Não acredito que no caso do Sr. Affonso Camargo Netto tenham sido tão acentuadas. Porque ele não defendeu as eleições indiretas; aceita como fato consumado, como eu aceito como fato consumado, porque não se pode negar que o País vive dentro de um processo revolucionário. Pode-se questionar, pode-se lamentar, pode-se criticar mas, me parece, seria uma postura um tanto ingênua, desconhecer esta realidade.

Todos nós, acredito, defendemos a mesma tese das eleições diretas. Todavia, a classe política, é impotente para mudar o quadro e a história julgará se este sistema terá sido positivo à Nação ou não terá sido.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. admite então, que a classe política deve se conformar eternamente com o sistema das eleições indiretas?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente o contrário.

O que eu acabo de afirmar é de que pode ser questionado,

pode ser criticado mas, há que se julgar como um fato consumado. Se as eleições indiretas decorrentes de uma orientação sistêmica, nós veremos, no futuro, se isto foi ou não foi positivo para o País, porque o modelo brasileiro hoje, nada mais é do que de certa forma, uma repetição do modelo Bimarxismo que fez renascer a Alemanha, do modelo turco de Kemal e tantos outros chamados de elites modernizantes. Eu não sei se no Brasil isto vingará. Mas, me parece que tem todo direito de se questionar a sua validade.

O SR. NILSO SGUAREZI — Veja V. Exa., de que V. Exa. diz que o homem tem o direito de mudar de idéias.

Admito, eu acho que até é louvável, o homem que muda de idéias. Mas, quando seja uma mudança no sentido da ascensão, no sentido da evolução; quando essas mudanças são no sentido de involução, é condenável.

Ora, veja V. Exa., que todo mundo, o mundo inteiro, caminha no sentido da evolução. Está aí Portugal, está aí a Espanha, tomando posições de maior evolução — participação do povo no processo da escolha de seus governantes.

E o que acontece no Brasil?

Nós estamos tomando, exatamente, o caminho inverso.

Assim, não posso entender como válida a posição brasileira, quando todos caminham num sentido e nós no outro.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Concordo que seja uma minoria. A maioria dos países em desenvolvimento e sub-desenvolvidos têm sistemas políticos muito instáveis. Esta é uma regra. Na América Latina, por exemplo, parece que apenas dois países vivem dentro do modelo clássico de democracia. Todos os outros vivem períodos anômalos.

O SR. NILSO SGUAREZI — É o conformismo que parece ter tomado conta da classe política brasileira. Não posso admitir termos de comparação entre Brasil e América Latina, não só na extensão territorial, não só na formação étnica do homem brasileiro. Deve haver um compromisso do brasileiro de se rebelar contra isso. Ou somos livres na América Latina ou teremos que acompanhar as "republiquetas de banana", deste continente. Não posso entender este caso como fato consumado. Reconheço no atual Presidente um esforço tremendo que vem fazendo para manter a imprensa aberta. Reconheço o quanto vale manter a imprensa aberta. Enquanto o homem conseguir dialogar, expor suas idéias, ainda resta uma esperança. Acho que o político tem a responsabilidade de usar, e muito bem, essa imprensa, de usar esse meio de comunicação para manter viva e acesa no povo brasileiro a esperança de partir para a evolução e de não regredir.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Entendo que não é apenas a América Latina. Países em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos têm hoje um sistema político anômalo, heterodoxo outro nome que se lhe dê. O Brasil não é exceção. Exceção são os países que estão vivendo período de estabilidade democrática.

Acho que jamais, em tempo algum, a Revolução negou que estivesse em vigência. E fez valer a mesma, fazendo as reformas que fez. Todavia, a validade delas pode e deve ser questionada; a positividade delas, a história julgará. O que estou tentando dizer é que o Presidente da Arena, Affonso Camargo Netto, talvez tenha mudado de posição, mas isto não seria nenhuma singularidade, porque é da natureza humana mudar de posição.

O SR. NILSO SGUAREZI — Isto é próprio de Affonso Camargo Netto.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não concordaria com V. Exa., porque, em conversas com o Presidente de meu Partido, ele sempre se mostrou coerente. Apenas tem aceitado o fato consumado. Julga-se impotente para mudar a realidade brasileira, o que me parece uma atitude lógica. O que quero lembrar a V. Exa., a propósito do Sr. Raimundo Faoro, é que ele próprio, no seu magnífico trabalho intitulado "Os donos do

Poder", sustentava a tese, na minha ótica correta, de que lamentavelmente no Brasil nunca houve uma democracia.

O que se pretende hoje é uma ruptura com aquele arcabouço rígido de que padecia a Nação brasileira.

Parece-me que esta crise nacional seja extremamente positiva na medida em que agite, sacuda as consciências brasileiras para que se conscientize da necessidade da participação efetiva no processo político, o que nunca ocorreu ao longo da história brasileira, a não ser através de pequenas elites, que sempre fizeram deste País o que entenderam.

Parece-me que as "ordenações affonsinas" não são tão graves.

Em segundo lugar, o Presidente do Partido fez uma advertência contra os radicais do Partido da Oposição, o que me pareceu uma advertência necessária e correta.

Não pretendeu, com a expressão "viúvas de Brizzola", designar todos os membros do MDB.

Mas sabe V. Exa. que um Deputado Federal de seu Partido, do Rio Grande do Sul, deu vivas àquele político brasileiro, o que é entendido como uma provocação e, como tal, não é tolerado pela Revolução.

Estou dando a V. Exa. uma posição fática, real. E foi neste sentido que me parece que a declaração do Presidente da Arena Regional do Paraná se consubstanciou.

A propósito das eventuais traições, eu não vejo...

O SR. NILSO SGUAREZI — Isto não é palavra minha, eminente Deputado. É de um correligionário do Partido, Deputado Federal Norton Macedo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas também não concordo porque a impressão que se dá é que necessariamente há que ser fiel ao Sr. Ney Braga e isto não consta de nenhum dogma partidário, a fidelidade a um homem, mas sim a alguns princípios.

O SR. NILSO SGUAREZI — Embora na prática haja sanções até severas para quem ouse quebrar esta fidelidade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É possível, eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência lamenta informar ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi que o tempo que dispunha já se esgotou.

O SR. NILSO SGUAREZI — Encerrarei, Sr. Presidente. Apenas um reparo no brilhante aparte que enriquece o nosso pronunciamento, do eminente líder da Arena.

O Sr. Affonso Camargo Neto não constrói nada com uma entrevista deste tipo.

Primeiro, porque é muito difícil hoje se saber quem é quem na ordem do dia.

Quem é radical ou quem não é radical; quem contesta o poder ou quem faz oposição ao poder.

É muito difícil se traçar esses limites.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Os limites são ditados pela sabedoria política, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sabedoria política é essencialmente dinâmica.

Como bem disse V. Exa., só o futuro é que dirá se as atuais reformas são válidas ou não.

Então, julgar alguém no presente que seja radical ou que seja conservador, é um ponto de vista muito difícil.

Com quem se arvora o arbítrio julgar que estamos fazendo oposição, ou estamos contestando, também se arvora um direito que eu não posso reconhecer em ninguém.

Porque na medida em que uma oposição sistemática e consagrada na prática como oposição fôr um interesse imediato do Governo ela pode se transformar em contestação.

É o caso, por exemplo, agora, em que o Governo estimulou até a própria Arena de incluir nos seus programas as eleições diretas.

Programa que foi defendido e que consta, ainda, no programa do Partido Situacionista.

De um momento para outro é mudada esta regra básica do jogo

Então, me parece que à medida em que as coisas mudam, poderá mudar também o critério de ser oposição ou ser contestação.

Por isso eu usei esta oportunidade, e no fim do meu discurso, disse: "O Sr. Affonso Camargo Neto que já foi do MDB, que já fez oposição, que nos ensine com as suas "ordenações affonsinas" até onde nós podemos ir, até onde nós não podemos ir".

Muito obrigado.— (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Consulto o Sr.

Deputado Luiz Roberto Soares se a ARENA usará do espaço que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Deputado Rosário Pitelli usará o horário reservado ao Partido.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já por duas legislaturas temos recebido uma votação maciça na cidade de Bela Vista do Paraíso.

E por este motivo conhecemos profundamente aquela região, da qual temos sempre a satisfação de participar da sua vida, dos seus acontecimentos, e por fim, de tudo o que ocorre naquela cidade.

Vale ainda ressaltar que quando iniciamos a nossa carreira como Deputado Estadual, não era Governador deste Estado o Sr. Jayme Canet Júnior e nem dele também havíamos recebido apoio.

Mas, ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a verdade, a clareza, a justiça, sempre devem ser levadas a bom termo, sempre devem estar estampadas em todos os momentos que forem necessários.

E vimos ontem, e vimos hoje também estampado na imprensa do Paraná, notícias que não estampam a realidade dos fatos.

Notícia que, colocada de uma certa forma, representa uma coisa, e colocada nos seus devidos termos também representará uma outra.

E ontem, "O Estado do Paraná" publica na sua página 12, como se fora um faccímile, da Lei 1052 da Prefeitura de Bela Vista do Paraíso que isentava de impostos 23 proprietários de área rural, e que foram erroneamente taxados por imposto municipal.

Acontece, que temos aqui a lei oriunda da Prefeitura Municipal, na qual ela estampa 82 ítems; e pretendo faccímile publicado no jornal, somente traz uns 11 ou doze ítems.

E encerra a lei, como se aquilo fosse realmente a realidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LÊ):

"Desta tribuna, mais de uma vez, já rendemos nossas homenagens à imprensa, cujo dever é a informação clara, o esclarecimento e, se possível, a orientação ao leitor sobre as ocorrências ou fatos que a todos dizem respeito.

E nos dias tumultuados de hoje, não poderia ser outra a norma, o princípio básico da imprensa, quando a maioria dos leitores por suas ocupações, não dispõe de outra fonte informativa.

E o papel do jornal já é tão importante que há anos um dos grandes generais brasileiros a classificam de 6a. arma, ao lado das Artilharias, Engenharia, Infantaria, Cavalaria e Aviação.

Mas nenhuma delas com tão forte poder de jogo destrutivo, é benéfica se conduzida fora das trilhas da verdade, da retidão.

Mas nós somos dos que não cremos que haja alguém

capaz de assim proceder, em sendo jornalista, pelas danosas conseqüências da informação incorreta, salvo se toldadas as fontes geradoras da notícia.

E somos dos que não cremos, porque a imprensa, não obstante o poder que lhe reconhecemos, também está sujeita às sanções ou penas da lei, quando deliberadamente queira apenas dizer o que sabe, não ser genuína verdade.

Não cremos exista alguém assim.

Isto posto, passamos a historiar que nos idos de 1970, na Comarca de Bela Vista do Paraíso, o Sr. Jayme Canet Júnior, proprietário da Fazenda Horizonte, localizada no citado município, e explorada com lavouras de café e pecuária, teve parte da sua área de terras cadastrada como sendo pertencente a zona urbana e, como tal, sofreu o lançamento pela Prefeitura Municipal daquele próspero município paranaense.

Inconformado com tal medida, porque o Senhor Jayme Canet Júnior vinha pagando desde a criação do INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA (IBRA) os impostos, da referida área, ingressou em Juízo demonstrando a tributação, isto é, a municipalidade pretendia que o proprietário de uma área rural pagasse mais os impostos da área urbana pela circunstância de a propriedade se avizinhar da zona urbana da cidade.

Passamos, pois, para economia de tempo, a resumir os fatos, lendo inicialmente a certidão do egrégio Tribunal de Justiça, no RECURSO EXTRAORDINÁRIO, datado de 27 de outubro de 1972, e subscrito pelo Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, então Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, recurso extraordinário somente acolhido, porque o ato da municipalidade e as decisões judiciais que lhe davam guarida, SE APOIavam EM LEI REVOGADA.

DOCUMENTO NÚMERO 01

Passaremos agora à leitura da certidão de 03 de dezembro de 1974, do Cartório do Cível, Comércio e Anexos da Comarca de Bela Vista do Paraíso, certidão essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. representantes da IMPRENSA DO PARANÁ, que conclui por transcrever o acórdão do EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, cuja Segunda Turma assim decidiu por UNANIMIDADE.

DOCUMENTO NÚMERO 02

Não há, pois, em face de tão respeitável decisão, dúvida de que "Não incide sobre o imóvel utilizado na exploração agropastoril, ainda que situado nos limites da zona urbana, definida em lei municipal.

Negação, pois, da vigência das leis em que se baseara a zelosa autoridade municipal. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO.

Em conseqüência da referida decisão da mais alta corte da Justiça do Brasil, de que, os impostos cobrados pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso da área de terras de propriedade do Senhor Jayme Canet Júnior e outros, eram ilegais, não eram devidos, qual, Srs. Deputados, o caminho a seguir pelo então Prefeito Municipal, o Sr. GERALDO CARDOSO? Qual o caminho?

Sancionar, como sancionou, a lei número 1052, de 10 de dezembro de 1975, cancelando débitos, que se achavam em dívida ativa, de vários municípios, inclusive, é natural, do Sr. Jayme Canet Júnior, que obtivera ganho de causa, no Supremo Tribunal Federal etc.

Mas, se formos seguir o raciocínio inserido na publicação do jornal "O Estado do Paraná", do dia 24 do corrente, à página doze, sob o título de Prefeito anistiou Canet e agora está na SANEPAR, teremos que chegar à conclusão que por sua vez, até o Exmo. Sr. Minsitro Xavier de Albuquerque: relator do citado Recurso Extraordinário, como o Exmo. Sr. Ministro Thompson Flores, um dos mais destacados membros da Magistratura Brasileira, e, atualmente também na Presidência

do Excelso Pretório teriam assim decidido com o objetivo somente de serem agradáveis ao Governador, ou quem sabe também receberem em paga uma coloração na SANEPAR ou outra entidade estadual... Impossível, Srs. Deputados, é lógico, insofismável...

Porque foi este o mal aplicado, o mal pensado em relação a quem cumpriu, a quem deu execução ao referido Acórdão, no caso do Sr. Geraldo Cardoso, o qual, parece desnecessário dizer-se mais, cumpriu SOMENTE O SEU DEVER, sob pena até de intervenção não só no Município de Bela Vista do Paraíso, como no próprio Estado do Paraná; por não dar cumprimento a uma decisão IRRECORRÍVEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso espanto, a nossa surpresa quando lemos, no referido jornal, que o Sr. Geraldo Cardoso, ao sancionar a lei, aqui tratada, o teria feito com endereço certo.

E o espanto aumenta quando se lê que "o mais beneficiado com o perdão foi o já então Governador Jayme Canet Júnior que tinha 128 terrenos em situação irregular".

É até melancólico que quem forneceu a informação aos nossos amigos da imprensa haja omitido que a irregularidade não era dos terrenos do Sr. Jayme Canet Jr., ou de outros, mas tão somente do órgão tributário da municipalidade que lançou a SEGUNDA TRIBUTAÇÃO, ela, sim, irregular, porque ilegal, TOTALMENTE ILEGAL.

Mas se a imprensa referida não teve dúvidas em contrariar a própria decisão do Supremo Tribunal de Justiça, — como nos parece suficientemente comprovado, com documentos públicos que colocamos à disposição de quem os queira examinar, — não é surpresa que ataquem a nomeação do Sr. Geraldo, homem público experimentado e que só grangeou respeito e amizade por sua zelosa administração como Prefeito de Bela Vista do Paraíso, viesse a ser contratado como assistente administrativo da SANEPAR, subordinado à Consolidação das Leis do Trabalho.

Há, Sr. Presidente, da Mesa da Assembléia Legislativa, Srs. Deputados, algum impedimento na contratação de um cidadão que satisfaz as condições exigidas para o cargo?

Há alguma oposição legal que impeça o funcionário de prestar os serviços onde hajam reclamado?

Não haverá, por acaso, ninguém do distinto corpo de jornalistas, homem de bem, culto e capaz, que também poderá prestar, com dignidade e honradez, serviços ao nosso Estado?

Vamos concluir, Srs. Deputados, fazendo um apelo cordial.

Se desejarmos um Paraná maior só o conseguiremos com o trabalho e a união de todos.

A nossa união nos credenciará inclusive perante o Governo e a Nação brasileira, — mas a idéia torcida, a informação maliciosa e inexata, além de não promoverem a união que gera a força, será um marco, uma mancha na paisagem humana da sociedade paranaense.

Porisso conclamamos os paranaenses para o trabalho e para a paz.

E os homens de imprensa, que são na verdade, os que detêm os meios de comunicação, cujas palavras, cujas idéias são muitas vezes acolhidas por todos nós, sejam os portadores da fé, sejam os mensageiros da esperança, sejam os divulgadores das qualidades de nossa gente, porque somos, antes a acima de tudo brasileiros, e, se ocasionalmente, somos de opiniões políticas diferentes, somos tão somente adversários, que precisamos, que devem se tratar uns aos outros com o respeito que nossos antepassados sempre dispensaram aos seus opositores e que nós devemos igualmente dispensar, para merecer digno e honroso tratamento."

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nesta hora, nos sentíamos no dever e no direito de dizer, como homem

público, após a colocação dos fatos na sua forma real; dizer, que, realmente, Geraldo Cardoso hoje presta serviços. Sanepar e queremos aqui louvar esta atitude correta e digna do nosso Governador, que procura, por todos os aspectos e todos os meios, aproveitar os serviços do homem do Interior, para prestar serviços à nossa coletividade, e os Srs. Deputados sabem muito bem disto, os Srs. Deputados têm condições de saber que os nossos ex-Prefeitos são homens experimentados e muito bem adequados para prestarem serviços ao nosso Estado, para saberem como agir nas Prefeituras do Interior.

Lembramo-nos bem há poucos dias lemos em jornal, que também o Partido da Oposição — MDB — procura, dentro da melhor forma possível, aproveitar os seus ex-Prefeitos para assessorarem aqueles que hoje estão aí a iniciar as suas carreiras.

Vejam Srs. Deputados, vejam a importância deste assunto, vejam como é digno, como é honrado, como procura fazer tudo bem correto o Sr. Governador, quando se assessorava através de homens que entendem os problemas do Interior.

Muitas vezes temos vindo a esta tribuna para dizer que os nossos municípios entram em dificuldades permanentes e, somente aqueles que conhecem o problema "in loco" é que podem trazer a melhor solução.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vou ser rápido, Sr. Deputado, e apenas para que ao final do seu discurso, me permita V. Exa., conste esta posição ou esta indagação.

O assunto que trata V. Exa., conheço-o tão somente por informações da imprensa, portanto, não sei lhe dizer se este ex-Prefeito contratado pela Sanepar está prestando serviço, ou não está prestando serviço, se recebe e trabalha, ou se não trabalha e recebe.

Não sei lhe informar. V. Exa. terá melhores informações do que eu.

Também não sei se o lançamento dos impostos nas terras do fazendeiro e Governador do Estado Jayme Canet Jr. foi ilegal e por isso teve que ser corrigido, ou, se imoral foi a anistia produzida pelo então Prefeito.

V. Exa. terá condições melhores do que eu, e saber.

Apenas para concluir e no seu pronunciamento, desejaria dizer que a justiça aí está usando dois pesos e duas medidas.

O ex-Prefeito que trabalha ou não trabalha, não sei; anistiou ou não anistiou, não sei, mas, amigo, leal servidor do Poder, recebe como prêmio a sua contratação, por um órgão público, por uma empresa pública; o candidato, derrotado é verdade, e há questão até pendente na Justiça Eleitoral, funcionário público, Delegado de carreira, digno, decente, com uma folha de serviços largos prestados à sua repartição, quando requer o que o Estatuto do Servidor Público lhe permite, à sua revelia é transferido, de imediato, para Santo Antônio do Sudoeste, lá no outro extremo do Paraná.

Era somente isto, nobre Deputado.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Agradeço o aparte de V. Exa. que na verdade nos dá, ainda mais uma vez, a oportunidade de esclarecer fatos que V. Exa. confessa conhecer somente através da imprensa.

Mas, em nossa preocupação de somente dizer a verdade e trazer os fatos reais, tivemos o cuidado de solicitar ao eminente Prefeito de Bela Vista do Paraíso, que nos enviasse documentos, porque, acima de nossa palavra nesta tribuna, temos o dever, a obrigação e o desejo mesmo, de entregar os documentos comprobatórios.

E, quando V. Exa. indaga se a anistia foi legal, confessamos que a resposta já a demos, quando lemos o acórdão do Supremo Tribunal Federal.

E, quanto à contratação de um dos mais dignos, honra-

dos e zelosos ex-prefeitos municipais que temos conhecido pelo Paraná todo, o Sr. Geraldo Cardoso, cuja administração lá — e é bom até que se lembre e que se frise, que ele foi exatamente contratado para prestar serviços na Sanepar, quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos questão de dizer e de frisar, com toda ênfase, para que sirva de exemplo ao nosso povo: Bela Vista do Paraíso há mais de 2 anos é a cidade 100 por cento servida de água, e não foi na gestão do Sr. Jayme Canet Júnior.

Ainda há dois anos atrás, estivemos no seu distrito, presenciando a inauguração de água encanada. Vejam Srs., a importância...

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — (FAZ SOAR OS TÍMPANOS)

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, estamos alertados de que nosso tempo esgotou e procuraremos encerrar imediatamente, antes, porém, concedendo um aparte breve, se possível, ao eminente Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Pitelli, presenciamos a vossa explanação dessa tribuna, com bastante atenção.

Realmente, chegamos à conclusão de que poderemos dizer que é mais um passe de mágica do Partido da Oposição daquele progressista município de Bela Vista do Paraíso.

Dizia bem V. Exa. que o jornal que publicou a nota só sabia um lado, só sabia uma versão.

E que V. Exa., hoje, dessa tribuna, com dados, inclusive, com uma explanação tão brilhante, expôs ao povo do Paraná, e, especialmente ao povo de Bela Vista do Paraíso, do recurso impetrado, da ganha de causa pelo proprietário Jayme Canet Jr., neste e no Supremo Tribunal Federal.

Porque, realmente a tributação é ilegal.

Não existe e ela estava aí perfeitamente caracterizada nas suas explanações.

E é evidente, e nós concordamos, quando a Oposição, principalmente de Bela Vista do Paraíso, — que até esta data está inconformada — com a derrota das últimas eleições de 15 de Novembro, — procura estas artimanhas para confundir a opinião daquela gente ordeira e trabalhadora de Bela Vista do Paraíso.

E se realmente a anistia foi concedida, ela o foi através de uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso.

E o Prefeito só poderia conceder tamanha medida, após, ou de posse, da aprovação pela Câmara de Vereadores.

Concluindo, Sr. Deputado Rosário, nós queremos nos congratular com o nosso pronunciamento, com o então Prefeito, por ter concedido esta anistia, não só ao atual proprietário e Governador Jayme Canet Júnior, como aos demais 82 proprietários daquele município, porque já havia um ganho de causa na Instância Superior.

Então, o que poderia se fazer quando a lei Maior cessa a menor?

Era concordar e fazer o que foi feito: — Conceder a anistia.

E nós temos e o Sr. ilustre Deputado, como representante, tenho certeza, de Bela Vista do Paraíso, que concordar sempre com essas artimanhas, como dizia, do Partido da Oposição que, não faz outra coisa, com raras exceções, a não ser confundir a opinião pública e trazer notas para que os jornais publiquem, notas inverídicas mentirosas como essa.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Muito obrigado, eminente Deputado Jurandir Messias e...

O SR. DEL CIEL — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Lamentamos Sr. Deputado; a Presidência já nos advertiu que o tempo se esgotou e aproveitaríamos somente para agradecer a atenção dos nobres

Pares e entregaremos à Mesa os documentos que aqui nos referimos para que se tenha uma idéia exata, aqueles que melhores detalhes quiserem, da atual situação.

E que esclarecem, perfeitamente, a atual digna, honrada do eminente ex-Prefeito Geraldo Cardoso.

Muito obrigado.— (COM REVISÃO DO ORADOR).
O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência deixará os referidos documentos à guarda de sua assessoria, para que qualquer dos Srs. Deputados interessado, possa manuseá-los.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 66/76, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Pirai do Sul, imóvel que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — Projeto de Lei 54/75, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo reverter ao Município de Mallet, imóvel doado ao Estado pelo mesmo, conforme o registrado sob o no. 4434 Livro 3D do registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 54/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Mallet, o imóvel doado ao Estado pelo mesmo município, registrado sob o no. 4434, fls 40, Livro 3D, do Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICAÇÃO:

O imóvel em questão foi doado ao Estado pelo Município de Mallet, para que o mesmo fosse ocupado pela sub-estação de luz do DAEE.

Com a extinção deste departamento o imóvel perdeu a serventia para o Estado, ao passo que, para a Prefeitura ele é de grande utilidade, pois está situado ao lado da sede da Municipalidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI

NÚMERO 54/75

A medida está devidamente justificada e o seu objetivo é justo e oportuno.

Como não fere qualquer disposição constitucional ou legal o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — Projeto de Lei 105/76, de autoria

do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o poder Executivo a proceder asfaltamento da estrada que liga as sedes dos Municípios de COLORADO a ITAGUAGÉ. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. e FAVORÁVEIS da CF e COPTC, por unanimidade.— REJEITADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 105/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Colorado à sede do Município de Itaguagé.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICAÇÃO:

A estrada que liga os dois municípios tem apenas 27 km.

Com seu asfaltamento os municípios serão altamente beneficiados, eis que está em construção uma grande Usina Hidroelétrica no rio Paranapanema, no Município de Itaguagé.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PARECER AO PROJETO DE LEI

NÚMERO 105/76.

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o Projeto de Lei 105/76, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder o asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Colorado à sede do Município de Itaguagé.

Embora a justificativa do projeto nos convença da sua oportunidade, barreiras constitucionais impedem um pronunciamento favorável, na forma como foi proposto, já que os Artgs. 25 a 35 da Constituição, vedam, que projetos que alterem ou aumentem a despesa pública, sejam de iniciativa que não do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, opinamos CONTRARIAMENTE ao Projeto de Lei no. 105/76, por julgá-lo inconstitucional, nos reservando para votar favoravelmente à matéria, caso o seu autor queira transformá-la em sugestão ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI

NÚMERO 105/76.

O presente Projeto de Lei 105/76, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar o Chefe do Poder Executivo a proceder o asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Colorado à sede do Município de Itaguagé.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que argumentando a sua inconstitucionalidade, emitiu parecer contrário.

Entretanto, tendo em vista a justificativa apresentada pelo autor da proposição e o grande alcance que tal iniciativa irá propiciar para aquela próspera região de nosso Estado, e também o caráter meramente autorizatório do projeto, temos a nos manifestar favoravelmente ao mesmo, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1976.

(a) Quielse Crisóstomo da Silva, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI NÚMERO 105/76.

P Á R E C E R

O Projeto de Lei número 105/76, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a asfaltar a estrada que liga COLORADO a ITAGUAGÉ.

Sobre o projeto manifestou-se contrariamente, arguindo a sua inconstitucionalidade a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Entretanto, analisando-se a matéria e a justificativa que o acompanha, temos que, em razão da sua mera autorização, a proposição está em condições de ser apreciada por esta Casa, razão pela qual somos pela sua aprovação, no âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em / /

(a) Alfredo Gulin, Presidente; David Federmann, Relator.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. JORGE SFFURI, ocorrido em Ponta Grossa. APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aracy Charlier.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benito Benteo, ocorrido na cidade de Marilena.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se dê determinar estudos que possibilitem a instalação de um destacamento de Corpo de Bombeiros, no Município de Medianeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de urgenciar a instalação da CIRETRAN, no Município de Medianeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de que determine providências para a instalação de um aparelho telefônico dos Distritos de Jardimópolis e Flor da Serra, Municípios de Medianeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr.

Secretário de Educação e Cultura, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que se dê determinar estudos visando a criação e instalação de uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Medianeira e jurisdição também sob os Municípios de Matelândia, Santa Helena e outros.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, reivindicando imediata medida por parte daquele Ministério, objetivando a garantia do preço mínimo do milho.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e agradecimentos ao Sr. Governador do Estado, pelos esforços envidados para a instalação da “Motores e Veículos Volvo do Brasil Ltda.”, na cidade Industrial de Curitiba.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Extensão Econômica da Prefeitura de Paranavaí, por seu trabalho de incentivo ao plantio de café no referido município.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam agilizados os estudos para asfaltamento da estrada que liga os Municípios de São Carlos do Ivaí e Paraíso do Norte. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento na cidade de Alto Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de agradecimento à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., pela instalação da agência daquele estabelecimento bancário nas cidades de Maria Helena e São Carlos do Ivaí.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 86/76.

SEGUNDA DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 54/75 e 105/76.

Levanta-se a sessão.